

GABINETE DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

A NOSSA POSIÇÃO NO MUNDO

Em presença da vasta documentação fornecida pela história contemporânea, não carece de demonstração a impossibilidade de se equacionarem problemas nacionais desligadamente da conjuntura internacional que os enquadra e muito frequentemente os determina. A crescente internacionalização dos problemas internos é um facto que, de uma perspectiva conservadora, se poderá lamentar e discutir, atacando-o nos seus fundamentos morais ou jurídicos; todavia isso não diminui o peso de uma realidade incontroversa; e quanto menos fortes são as nações tanto maior a impossibilidade de se furtarem à influência de pressões ou tensões do exterior.

Neste quadro, qualquer análise que pretenda fazer-se com vista ao traçado de uma estratégia nacional terá forçosamente de partir da discussão do "facto internacional", delimitando-lhe o contorno e dimensões, e detectando-lhe as origens em ordem a minimizar os seus reflexos na vida nacional. É que, de facto, na hora que passa, o desenvolvimento das nações não poderá processar-se em oposição ao mundo em que vivemos. Haverá antes que pautar a conduta política dos povos no respeito pelo princípio de que as sociedades preferem sobreviver prosaicamente a desaparecer gloriosamente na defesa de soluções ligadas ao passado, em prejuízo da sua sobrevivência numa perspectiva do futuro.

Abordemos o problema em causa sob duas óptimas convergentes, uma ideológica, outra económica.

A primeira fundamenta-se no que pode chamar-se a compartimentação do mundo em agregados humanos unificados por concepções bem definidas da vida e do universo, e por relações económicas e sociais; agregados que, tomando por base uma filosofia de relações humanas e a decorrente arquitectura social, dividiram o mundo por fronteiras morais e ideológicas. É evidente que nesta compartimentação se geraram novas forças agregadoras e movimentos de solidariedade a que a rapidez dos actuais meios de comunicação confere notável potencialidade. Desse modo, toda a decisão tomada pelos poderes estabelecidos num dado compartimento geo-político se reflecte noutros compartimentos, aí desencadeando forças que, por solidariedade político-ideológica ou ameaça potencial, podem levar à intervenção destes últimos sobre o primeiro. A intensidade desta intervenção dependerá apenas do grau de lesão ou ameaça dos interesses materiais da massa afectada, da sua coesão, da força que representam em cada um dos compartimentos geo-políticos e da dimensão destes. Os movimentos marxistas, católicos e pan-africanos tem fornecido inúmeros exemplos de interferência externa com base neste conceito.

A óptica económica—tomando aqui o económico em sentido restrito—decorre da estratégia definida pelos poderes estabelecidos nos diversos compartimentos geopolíticos, dos seus objectivos e das vias traçadas para os alcançar ou para os defender de qualquer ameaça à sua consecução. Foi quase sempre em obediência à determinantes de ordem económica que se desencadearam os grandes conflitos da História, cuja essência, em presença do efeito dissuasor dos actuais armamentos, se transferiu do plano da confrontação armada para o campo da subversão, forma subtil de intervenção externa sempre que, na complexa teia da repartição mundial de recursos e mercados, há interesses económicos a salvaguardar.

Ambas estas ópticas se congregam numa resultante com inevitáveis reflexos na política interna dos diversos países. Poder-se-ia resumir esta breve análise no que talvez fosse lícito chamar a "lei da internacionalização dos problemas nacionais", em obediência à qual os Estados terão de ponderar os factos, decidir e agir. Assente, assim, a impossibilidade de adoptar soluções de política interna em oposição às correntes mundiais prevaescentes e à moral dominante, haverá que, em primeira conclusão, destinar as influências externas permanentes



e inelutáveis das temporária e por isso mesmo iludíveis. Aí terá de chegar-se pela reconsideração das origens de tais influências, do seu substrato ideológico e da sua determinante económica "lato sensu", pois, sobrepondo-se às românticas ingenuidades de sonhadores idealistas, a base económica situa-se no cerne de toda a actividade humana como motor e condicionante de expressões, atitudes e transformações; e, então, ressaltam dúvidas sobre se será realmente de loucura o vento que varre o mundo.

Vivemos de facto num mundo em crise; crise que se manifesta em todos os sectores onde são postos em causa valores consagrados, estruturas e instituições solidamente enraizadas, que num passado próximo constituíam o esteio de uma relativa estabilidade, agora afectada por violentas convulsões nos campos social, moral, político e económico. Mas não será essa crise a natural conjugação de todos os factores que marcaram o fim da Idade até aqui contemporânea e que, dentro de um século, os historiadores rebaptizarão? Na verdade, as crises são sempre uma característica das mudanças da Idade Histórica, em que uma ordem de valores se substitui por outra; todos os períodos dessas transformações comportam anomias, violências, desorientação e caos; e sempre no seu decurso os racionários apodaram os inovadores de perigosos subversores dos valores humanos. Sempre assim aconteceu até que uma nova ordem começasse a erguer-se e a Humanidade a retomar um equilíbrio novo, onde os valores de sempre voltaram ao seu lugar, apenas havendo sido eliminado o que se considerou ultrapassado e desajustado. Parece, pois, que o mundo, no seu contínuo movimento, atravessa hoje uma nova crise de mudança de Idade histórica, iniciada com a conquista do espaço inter-planetário; mudança que se substancia no pensamento feliz do grande impulsor da Comunidade Europeia, ao referir que cada vez reconhecia mais os homens e menos as Nações. Na verdade, ao dar-se a primeiro paço na conquista do espaço, a dimensão universal reduz-se; e face a esse constante encurtar de distâncias e rasgar de horizontes, não deverá surpreender-nos que comece a ser posta em causa a balcanização do mundo herdada da Idade histórica de que estamos a emergir — balcanização que os homens reconhecem, tendendo a por-lhe termo, reagrupando-se em novos espaços geo-morais, é certo, mas segundo uma ordem nova, irreversível até à próxima viragem histórica e, por isso mesmo, incomportável pelos modelos que vão caindo em obsolência.

No plano económico, onde a harmonia depende em última instância, da possibilidade de redução de bens e serviços a uma Unidade comum expressa monetariamente de forma estável, a crise é evidente. Empenham-se economistas e financeiros em reencontrar um sistema monetário internacional; e são consecutivos os insucessos neste campo, conduzindo naturalmente a uma perspectiva de alarme. Todavia, a crise explica-se por si, pois as soluções que têm sido procuradas situam-se no quadro de um modelo económico que cada vez menos traduz as tendências evolutivas do mundo actual. Será mesmo legítimo duvidar-se de que, na estrita confinação a esse quadro, seja algum dia possível reencontrar a estabilidade monetária enquanto ela depender de políticas particulares divergentes por força de estrutura geral em que se desenvolvem. E os movimentos para o estabelecimento de políticas coordenadas, com o esforço de integração de espaços económicos e as tentativas do estabelecimento de autoridades económicas supra-nacionais, são prova bem evidente de que já se vai recorrendo o facto de a desorientação monetária não ser um sintoma de desregramento à escala mundial, mas o preço que se paga pelos nacionalismos mais ou menos exacerbados.

Nos planos social e moral, assiste-se à contestação, generalizada e à discussão de valores que constituíam a ossatura da ordem estabelecida; contestação quantas vezes violenta, a estimular o conservadorismo reaccionário dos titulares de prerrogativas até aqui pacificamente aceites; contestação na família, na escola, na empresa, na rua, na função pública — e porquê? Ser-se-ia tentado a julgar que são postos em causa todos os valores que as integram; todavia, contra esse julgamento, patam, mas sim a resposta que sob sua inspiração tem sido proporcionada a uma nova ordem de solicitações. Se nos debruçarmos com intenção isenta e à luz de uma perspectiva válida sobre tais valores como sobre as estruturas que sob sua égide se geraram e o tipo de respostas que essas estruturas produziram, poderemos talvez admitir que a contestação se atenuará quando a Humanidade tiver encontrado processo mais válido de

satisfatória materialização de concepções hoje ainda rejeitadas ou relutantemente aceites.

No plano político é evidente que toda esta perturbação se reflecte na sistemática discussão da autoridade do Estado. Mas estará de facto em causa a autoridade do Estado? Ou antes as formas de Estado e o modo como é exercida essa autoridade? Inclina-mo-nos para esta última conclusão, pois o mundo de hoje caminha para uma nova definição do Estado, comportando cada vez menos a sua concepção extranacional, a impor uma ordem à margem da participação dos seus cidadãos. É que, por mais social que um Estado seja, já não pode ser considerado terreno reservado a privilegiados, havendo que abrir-se à participação de todo o cidadão, preparado ou não, pois que, por mais flagrante que seja a impreparação, esta jamais será reconhecida por aqueles que se virem afastados, e que por legítima reacção vão engrossando, de forma crescente, a força ameaçadora da ordem política estabelecida.

Por tudo isto nos parece haver razões profundas para a crise que o mundo atravessa e que, evidentemente, se reflecte nos problemas do nosso País. Mas, como é nesse mundo que temos de viver, não cremos que a denúncia sistemática dos seus males possa constituir atitude positiva de defesa da causa portuguesa. Antes pensamos que importa penetrar na essência da crise geral que sobre nós se projecta, sem nos atribuirmos o papel de "gendarmes" do universo, ou de polícia dos costumes mundiais. Empenhamo-nos, pois, na serena análise da crise mundial, em ordem a descortinar os seus fundamentos; e perante a essência dos problemas em causa, busquem-se os valores nacionais que se impõe salvar, e estudem-se todas as vias alternantes para a sua salvaguarda num mundo em convulsiva mudança de idade, excluindo decididamente o imobilismo em torno de concepções irreversivelmente ultrapassadas.

A revisão da filosofia que preside à análise da nossa posição no mundo que nos rodeia — e que, em boa parte, nos condena — torna-se, pois, imperiosa e premente; ela deverá conduzir a uma projecção recíproca do País no mundo exterior, classificando a uma nova óptica as solicitações e influências decorrentes, com ordem a uma clara definição do sistema de forças em que deverá alicerçar-se uma estratégia nacional consequente.

A razão básica da nossa precária posição num mundo que cada vez mais nos isola, entronca na raiz africana dos nossos problemas e reside fundamentalmente na profunda divergência de interpretações acerca da tomada de posição dos povos africanos, finalmente despertados de uma letargia de séculos. Era, de resto, perfeitamente previsível esta tomada de consciência africana e, para ela, foi até veladamente chamada desde logo a atenção das potências participantes na Conferência de Berlim pelo delegado americano, que no seu comentário final salientava ser necessário o acordo das populações aborígenes para que a teoria da ocupação efectiva pudesse ser concretizada com garantia de permanência no tempo. Rasgavam-se assim, já nessa altura, os horizontes da problemática actual relativa à autodeterminação dos povos e à internacionalização dos problemas africanos, conceitos que viriam a projectar-se com a maior acuidade nos nossos dias em consequência do despertar da África, a que se adicionou a interferência dos interesses que os exploraram habilmente.

Quando nas vésperas da Conferência de Yalta, Roosevelt advertia Churchill quanto à necessidade de se rever o problema colonial e colocava sob essa reserva a concepção de uma futura comunidade de nações, já então lhe presidia o espírito de que os estados Unidos não pretendiam de forma alguma fazer despertar o fenómeno mas sómente adiantar-se — lhe a fim de tentar controlá-lo. Ao despertar africano juntou-se, assim, a disputa de áreas de influência, caindo sobre nós a resultante desse sistema de duas forças, em que a primeira é, todavia, suporte e causa da segunda.

Na sua essência, o pan-africanismo nasceu com Garvey, muito antes do fim da última guerra, como uma espécie de "sionismo" voltado para a África como pátria das pátrias de todos os homens negros, considerados objecto de discriminações contra as quais legitimamente reagiam. Era, pois, um movimento de regresso às origens, e apenas racial por efeitos das condições em que despontou, isto é, mais como reacção do que como acção; e esse aspecto, que ainda hoje prevalece, constitui o verdadeiro substrato do fenómeno de erupção africana, ressumando claramente das doutrinas dos seus mais recentes paladinos: N'Krummah, extre-



mista e defensor dos utópicos "Estados Unidos da África", a segregar em toda a sua obra a insânia em que acabou; e Senghor, no extremo oposto, político e humanista moderado e clarividente, desenvolvendo a Unidade moral e a cultural africana na sua sensata e positiva concepção de "negritude".

Recebeu o movimento de emancipação africana forte impulso em Agosto de 1922 no III Congresso Internacional dos Povos Negros do Mundo, cujas decisões finais se revestiram de particular projecção, vindo a constituir uma chamada de atenção às potências coloniais que então continuavam a ajustar entre si a partilha da África como se os africanos não existissem. Perante tal ameaça, as potências adoptaram medidas drásticas de repressão tentando eliminar o "garveísmo".

Das origens do pan-africanismo racial de Marcus Garvey, surgido de todo um passado de humilhações, nasceu o pan-africanismo político de Du Bois, que visava a "União dos Estados de África", lançando a esperança de unificação que mais tarde haveria de presidir à actual "Organização de Unidade Africana"; em espontâneo movimento de solidarização inspirado pelo seu sentimento generalizado de resistência à dominação colonial; sentimento que recrudescceu após o termo da II Guerra Mundial, ganhou nova força com o insucesso francês na Indochina e atingiu o clímax no final da década de 50.

É evidente que esta evolução foi facilitada. Desde o final do século passado que a teoria das esferas de influencia deixava antever a planetarização dos problemas decorrentes da emergencia africana, planetarização que se traduzia no alargamento da gama de que os sobre a África se debruçavam; e co conceito do "fardo do homem branco", adoptado e projectado no plano dos interesses económicos, permitiu que a missão civilizadora em que consistia aquele fardo, num quadro verdadeiramente pragmático, visasse apenas o alargamento de mercados, para o que se impunha acelerar a promoção dos africanos até adequados padrões de consumo. Esta promoção, logo teorizada no plano moral, viria a concorrer para uma mais rápida tomada de consciência dos povos africanos, reforçando o desejo de assumirem finalmente o comando dos seus próprios destinos. Este facto agravou-se a partir da segunda metade da última guerra mundial. dado o papel que os africanos e asiáticos sob o domínio inglês ou francês foram chamados a desempenhar ao lado das respectivas metrópoles, com as consequentes promessas e concessões.

Também as grandes potências aceleraram o fenómeno; na convicção da sua inelutabilidade, tentaram desde logo tomar o leme dos movimentos de emancipação, procurando aliciá-los para as respectivas esferas de influencia, em ordem a atrair as jovens nações à sua órbita. Envolveram desse modo a emancipação africana numa complexa teia de conspirações e conflitos, desvirtuando-a em muitos aspectos e conferindo-lhe um carácter artificial aos olhos dos menos avisados ou mais superficiais. Deu-se então o surto das independências fictícias; e, nesse quadro confuso de uma África encrespada pelos novos nacionalismos, o pan-africanismo ressurgiu a denunciar violentamente o neocolonialismo resultante da intervenção de potências altamente interessadas no fenómeno africano, com a natural preponderância dos soviéticos que viram aí um instrumento passível de servir o seu expansionismo. De facto, os comunistas tentam sempre aproveitar-se de todas as perturbações naturais em sociedades que despertam. E, desequilibrados pela falta de uma harmonia que ainda não encontraram, perturbados pela incógnita de um destino que desejam seu, frustrados pelo neocolonialismo para que os fizeram de novo resvalar, lutando desesperadamente contra o subdesenvolvimento, os africanos oscilam entre o Ocidente e o Oriente; as influencias mudam de mão entre estes extremos, com interesses vários a tentarem chamar a si a tomada de consciência africana; mas, no fundo, a essência do facto é a emancipação da África e a rejeição do domínio colonial.

Com vista a conseguir aquela emancipação, o pan africanismo preconiza a Unidade do continente africano como única forma de assegurar os seus povos um papel no mundo para que despertaram, garantindo a sua sobrevivência contra a balcanização imposta pelos imperialismos que disputam a África. Aparece, portanto, como um movimento espontâneo, não provocado por terceiros, antes caracterizado por uma nítida neutralidade; todavia, também é certo que a evolução do contexto mundial e a atitude prevalecente, apesar de tudo, em relação à África, fizeram resvalar o movimento dessa neutralidade para o que se tem designado por "cooperação preferencial", preponderantemente orientada para o lado soviético. Lê-se em George Padmore uma análise válida mas parcial deste facto; e se podemos estar de acordo com aquele autor na verificação do efeito, já o mesmo não sucede quanto à causa insinuada; foram de facto os soviéticos quem melhor compreendeu o fenómeno e mais decisivamente tentou colocá-lo ao seu serviço; mas embora não deixe de haver traços de influência socialista em alguns dos mais combativos

prosélitos actuais da unidade africana, jamais será lícito confundir pan-africanismo e comunismo.

É certo surgirem, por vezes, entre os pan-africanistas, acusações violentas ou deduções menos ponderadas, a sugerirem uma maior rigidez de posições e uma intensão destruidora da ordem ocidental. Vejam-se, por exemplo, as acusações violentas de Ezekiel Maphalele contra a Igreja Romana que considera símbolo da hipocrisia do Ocidente, ou o matizado dialético da "negritude" ao associar o homem branco ao capital e o homem negro ao trabalho explorado. Todavia, num e noutro caso julgamos tratar-se mais de conclusões retiradas isoladamente de coincidências constatadas por certos autores pan-africanos do que de pontos essenciais de doutrina. Não pode surpreender que um africano que viu sempre, ou quase sempre, o missionário proceder certo tipo de colono à procura de trabalho barato, tenha associado os factos e concluído com base nessa sequência. Foram os maus colonizadores que induziram os africanos a todos esses erros de julgamento, pelo que não nos parece poder tomar-se a parte pelo todo e analisar uma doutrina apenas sob o prisma do pensamento vicioso dos seus prosélitos mais ressentidos. Aliás Senghor, o paladino da "negritude", é profundamente anti-comunista. Entendemos, assim, que o pan-africanismo deve ser analisado com rejeição de qualquer base preconceitual, retirando do seu conteúdo acusações formuladas pelos africanos com base na ocorrência de coincidências que não foram em tempo devidamente acauteladas, e que agora desvirtuam a pureza do pensamento originário.

A África tem, pois, problemas político-sociais muito próprios, que só podem ser compreendidos por quem os vive e sobre eles se debruça e os analisa. Entre a essência dos nossos problemas ultramarinos e a origem de putros conflitos aparentemente tão diversos, como os que se registaram no Sudão, na Nigéria, Tchad, Daomé, Zanzibar, e, mais recentemente, no Burundi, apenas existe diferença de grau. A tribo é ainda a verdadeira nação africana, caracterizada por uma distribuição igualitária e muito colectivizada dos meios de produção. Não pode ignorar-se o estágio pré-capitalista do desenvolvimento das tribos, a determinar que, mesmo agrupadas em confederações, impérios ou reinos, tenham vivido em relativa harmonia enquanto o poder central era de ordem exclusivamente político-religiosa, não se estendendo à repartição dos bens de produção. As influências ocidentais originaram novas concepções, não só sugerindo às jovens nações africanas a concentração do poder económico como apoiando as tribos que mais cooperantes se haviam revelado com os interesses das potências neocoloniais. Este facto gerou nas sociedades tradicionais um sentimento de ameaça à sua sobrevivência, do qual resultaram os movimentos de rebeldia contra os poderes constituídos. Será grave erro considerarmos diferente o nosso caso. Entendemos, por isso, que não são o aparecimento do bloco comunista no tablado internacional, nem o quadro evolutivo das Nações Unidas como centro de decisão, nem os desvios da Organização da Unidade Africana ao sabor de demagogias de inspiração exterior à África que estão na origem dos problemas que enfrentamos ou da internacionalização das questões africanas. Esta e aqueles são antes consequência da tentativa dos interesses mundiais para controlar um facto. Nem a evocação do direito dos povos à autodeterminação será conceito novo surgido da estratégia subversiva revolucionária lançada na tábua dos grandes jogos políticos. A situação da África de hoje, com o seu directo reflexo nas nossas províncias ultramarinas teve antecedentes suficientes para que pudéssemos ter perspectivado a sua evolução.

É de recear, então, que estejamos cometendo o erro de considerar que os nossos problemas africanos, a exemplo histórico, resultam exclusivamente da luta pelo equilíbrio mundial de forças pela via da partilha africana, a despertar cobiças e imperialismos de que nos apresentamos como vítimas, tratando em plano marginal as forças caracterizadamente africanas e limitando-nos a uma política de combate a forças parasitárias do fenómeno essencial — o Pan-Africanismo; fenómeno iniludível e também latente no seio das nossas populações africanas, embora com feição positiva e inequivocamente lusófila.

No cerne de toda a atitude construtiva de inserção de Portugal no mundo em que vivemos deverá situar-se o respeito pelo espírito que presidiu à Conferência de S. Francisco, tomando a criação das Nações Unidas como desejo sincero de uma era nova para a Humanidade, que por essa via se pretendia preservar do flagelo da guerra. Terão de ser essas, de facto, as



bases de uma harmonia mundial de raiz ideológica, fundada na paz, no progresso e no desenvolvimento social, no espírito de justiça, nas aspirações legítimas das Nações, na igualdade dos homens e nos seus direitos fundamentais; estes consubstanciados na consagração do princípio "um homem — um voto", fórmula simples de traduzir o imperativo moral de correspondência entre os direitos e os deveres dos cidadãos. Estará assim ultrapassada a concepção exclusivamente política do Estado e proclamada uma noção mais justa e exacta de Pátria e de fronteiras nacionais, na medida em que se reconhece serem a unidade e a soberania dos estados "pluri-nacionais" um permanente foco de injustiças e de tensões enquanto exclusivamente fundadas na força de um poder político central e mantidas contra a vontade e o interesse das nações anexadas, por mais pacífico que tivessem sido o processo de anexação. A paz surgirá então consagrada como decorrente do imperativo de justiça entre os homens e entre as nações.

É forçoso reconhecer, porém, que aqueles ideais se transformaram num amontoado de mitos de evidência tão flagrante que se torna ocioso documentar a afirmação do seu reconhecimento. O mundo de hoje rege-se por princípios diversos dos então proclamados e, todavia, continua a exigir-se aos países mais fracos que os respeitem na medida em que de tal resultem favorecidos os interesses dos mais fortes; e estes não hesitam em fazer tábua rasa das grandes esperanças que, findo o último conflito, renasceram na Humanidade. Vale a pena, porém, analisarem-se as origens do descrédito das Nações Unidas em tal clima, para se avaliar o seu impacto no caminho que tem de abrir-se para um Portugal renovado. A razão fundamental desse descrédito é que a Organização é uma criação dos homens e como tal eivada de todas as suas virtudes e vícios, a cavar um fosso entre a nobreza dos princípios proclamados e os mesquinhos interesses ocultamente disfarçados sob cortinas de idealismo. Das micro-sociedades às sociedades de nações, o mundo está cheio de indivíduos que escondem sob belos mantos as suas torpezas, reveladas sempre que a cobiça alheia colide com a sua própria. O mundo pode assim comparar-se a um vasto oceano e, tal como ali, os peixes grandes continuarão a comer os pequenos apenas pela simples razão de que os pequenos não podem comer os grandes.

Desta razão decorrem todas as outras. A justiça proclamada no seio da ONU como fonte de paz mundial só resultaria eficaz se o direito internacional dela decorrente dispusesse de força suficiente para se impor. Mas essa força apenas a detem uns quantos, para quem é de justiça ou é contrário à justiça o que favorece ou contraria os seus desígnios; estamos em presença de uma estrutura ainda muito agarrada ao primado dos nacionalismos consubstanciado na tese de que cada povo tem o direito de defender os seus interesses pela melhor forma. Tese perigosa, todavia, pois que reivindicamos para nós não o podemos negar a outros, havendo, por coerência, de reconhecer o direito de esses outros defenderem também os seus interesses mesmo colidindo com os nossos e, em tal caso, aceitando então que vença o mais forte, pois que a tese pura dos nacionalismos rejeita as instituições supranacionais. É forçoso reconhecer-se que, neste contexto, as Nações Unidas nada tentam no sentido de estabelecer a síntese entre a utopia do governo mundial e a realidade da luta de cada um pelos seus interesses. Dentro dos grupos sociais homogéneos — como o são as nações — o direito de cada indivíduo defender os seus interesses tem de ser limitado por leis e forças que impeçam que essa defesa colida com os interesses colaterais. Ora o mundo é uma macro-sociedade em que as nações se comportam como indivíduos; e é na procura de fórmulas idênticas à escala mundial que deveria residir a preocupação actual dos homens. Esta será outra das causas do fracasso das Nações Unidas, causa provocada não só por quantos desacreditam a sua missão colocando-a ao seu serviço, como por aqueles que visualizam aquela organização numa perspectiva de que só é justo o que é conforme o interesse próprio. Em tal clima, pode parecer, à primeira vista, que haverá portanto redobradas razões para nos não importarmos com quanto aquela organização mundial se nos assaquer. Todavia, resta saber se seremos, de facto, daqueles que podem manter indefinidamente levantado o dedo acusador contra uma organização que se desviou dos princípios que lhe estiveram na origem, ou se, pelo contrário, deveremos envidar todos os nossos modestos esforços no sentido da sua reconversão, em atitude construtiva que nos granjeie respeito, prestígio e aceitação. Portugal não detém o monopólio da clarividência, da razão, da justiça e da visão histórica; é esta uma verdade que não poderá esquecer quem acre-



dita nos ideais que presidiram à Carta das Nações Unidas e tem a intenção honesta de, quanto possível, se aproximar deles. Parece assim não ser prudente alicerçarmos a procura das soluções para o problema nacional na vituperação de um organismo mundial de cujo descrédito, bem vistas as coisas, talvez Portugal esteja a beneficiar.

Mas a análise da nossa projecção em círculos mais estreitos do mundo em que vivemos revela igualmente contradições.

O movimento de unificação europeia surgiu como fruto de uma visão particularmente acertada sobre o que seria o futuro da Europa desde que balcanizada em presença de colossos para quem os princípios da Carta das Nações Unidas apenas funcionariam ao serviço dos seus interesses. Em presença dos movimentos integradores do mundo actual não se crê que alguém tenha dúvidas quanto ao imperativo de uma unificação europeia como condição de sobrevivência deste velho berço da civilização ocidental; É que, apesar das aparentes contradições ideológicas e das reais diferenças de estádio, das barreiras linguísticas e de certas diferenças entre concepções de vida, é muito mais profundo o que une e aproxima as Nações europeias do que quanto as separa. A História do Mundo Ocidental desenvolveu-se, por assim dizer, na Europa ou dela irradiou. Durante largos séculos, centrou-se na Europa o universo conhecido e daí se partiu à descoberta do ignorado. São europeias as civilizações grega e latina, a que o mundo actual foi buscar o substrato dos seus regimes políticos, jurídicos, sociais e morais. É inegável a existência de um vasto sentimento de solidariedade europeia, prevalescente mesmo após as querelas dinástico-familiares que a dividiram e ensanguentaram. A carta política da Europa flutuou sempre ao longo dos séculos ao talante dos europeus; todavia, a última guerra desenrolou-se na Europa e dela saíram triunfantes super-potências não europeias. Tanto bastou para que políticos de larga visão pressentissem que se estaria no limiar de uma nova era — a da civilização pós-europeia — e procurassem que, passando por cima do que no passado fora causa de desunião, os povos europeus se unissem de modo a assegurar a sua sobrevivência económica, alicerces da independência política e da expressão internacional de uma civilização e de uma forma de viver. A sobrevivência da Europa começava, pois, pela sua expressão económica. Face à dimensão dos mercados e à capacidade produtiva dos blocos em formação, não seria possível a prevalência das economias de escassa dimensão dos pequenos países europeus divididos; e desde logo se desenhou prioritária a integração económica. Integração que, evidentemente, não podia ser imediata, mas que se impunha progressiva e alargada a todos os domínios: livre circulação de pessoas, bens e capitais, adopção de políticas económicas comuns, aceitação de órgãos com jurisdição supranacional e adopção de moedas e políticas financeiras comuns. Preconiza-se, assim, o caminho progressivo e seguro no sentido de uma confederação; e apesar das várias vicissitudes e do empenhamento dos não europeus, bem parece que esse caminho se encontra em processo de consolidação.

Não é uma via fácil, e em muitos momentos se deparam razões que indiscutivelmente justificam desconfianças e cepticismos. Trata-se de razões históricas ainda demasiado fortes a oporem-se à lúcida visão dos poucos políticos que traçaram os caminhos em que a Nova Europa se deveria encontrar. Tiveram sempre alguma justificação as reservas postas; e os esforços dos estadistas que delineararam o movimento europeu, criaram o "Benelux", constituíram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, criaram o Parlamento Europeu e assinaram o Tratado de Roma, esbarraram sempre com um condicionalismo de natureza humana. De facto, a geração prevalescente nas duas décadas que se seguiram ao termo da II Guerra Mundial havia combatido numa luta que envolveu europeus contra europeus; e o combate deixa marcas, pois não pode esperar-se que o inimigo de ontem seja o amigo de hoje, e que, de um momento para o outro, se esqueçam as ruínas e o sangue em que os povos europeus se mergulharam reciprocamente. A Europa foi durante longo tempo o centro do mundo e cada um dos seus países uma força; esses traços deixaram no subconsciente colectivo marcas profundas que não se apagam com brilhantes argumentações de políticos clarividentes. E a opinião das maiorias nacionais prevaleceu, como prevaleceu a interpretação de atitudes históricas sem todavia se atentar na sua diferente casualidade. Ocorre lembrar, por exemplo, a reserva francesa face às intenções britânicas, fruto de uma interpretação destas últimas dentro do mesmo espírito que marcou a política europeia da Inglaterra na era vitoriana.



A construção da unidade europeia foi assim, de facto, como alguém disse, e durante quase um quarto de século, um "fervoroso debate de mitos e uma construção de abstrações". Foi-o efectivamente enquanto teve peso a geração dos que viveram a guerra; hoje prevalece uma geração menos sensível à herança de ódios de que não partilhou. E cremos bem que, no quadro actual, volta a desenhar-se, com justificada esperança, o pensamento de Jean Monnet; e ainda que os "Estados Unidos da Europa" não tenham efectivamente começado, tudo leva a crer encontrar-se a Europa, de facto, no arranque da "Confederação Europeia". A atitude actual dos povos europeus orienta-se já franca e decisivamente num sentido que, embora ainda não totalmente liberto dos preconceitos que estão na origem das vicissitudes por quem tem passado o processo de unificação europeia, parece não deixar dúvidas quanto à concretização, num futuro não muito distante, dos propósitos até aqui tomados em diversos sectores como mitos e abstrações. É que, na verdade, há cada vez menos gente a aceitar que se sacrifique à intransigência dos nacionalismos exacerbados o futuro das gerações vindouras.

Também nesse quadro nos projectamos. É hoje reconhecido pela maioria lúcida voltada para o futuro o facto de não podermos ser deixados à margem da Europa, correndo-se o risco de comprometer o bem estar social e a ordem e tranquilidade internas se nos forem fechadas as portas do Mercado Comum Europeu. É ocioso justificar a afirmação mais do que documentada nas exposições que a tal respeito têm sido oficialmente feitas. Situa-se na Comunidade Europeia os nossos mercados mais importantes, os que oferecem melhores condições de complementaridade e maiores possibilidades ao comércio externo. A emigração provoca entradas maciças de divisas provenientes das zonas do Mercado Comum, cujo interesse financeiro é indiscutível mas cuja incidência económica aponta também fluxos na direcção da Europa. Não nos chega o mercado interno como o demonstrou o chamado "problema dos atrasados". Da evolução das nossas relações com a Comunidade Europeia depende muito o futuro económico e social do País; e já não estamos em posição de suportar novas pressões com incidência no nível de vida do povo português. Se o bem-estar é factor fundamental da ordem nas ruas, algo haverá a este respeito de re-crear. Sobre o que daí se reflectiria nas frentes de luta, e no futuro de uma retaguarda economicamente depauperada e dividida, não nos parece necessário discorrer.

São de ordem muito diversa as origens das nossas dificuldades em tal domínio, umas de ordem estrutural, outras de ordem técnica; e não lhe serão estranhas intransponíveis divergências de concepção política, reflexo da atitude mundial. Também, portanto, sob este ponto de vista se impõem revisões em ordem a harmonizar a nossa raiz europeia com o imperativo da extensa comunidade que também somos. Aliás não abriremos, nesse processo, qualquer precedente.

Fora da integração numa Europa que nos poderá aceitar desde que sejamos eminentemente europeus, seria na ligação mais íntima com a Espanha, no apoio limítrofe da África Austral, na Aliança Atlântica ou no culto da Comunidade Luso-Brasileira que poderíamos encontrar alternativas para o isolamento internacional a que fomos votados.

Uma ligação mais íntima à Espanha abre uma vulnerabilidade, dado o desequilíbrio demográfico, as diferenças de nível de actividade e o fluxo das trocas comerciais serem decididamente favoráveis aos nossos vizinhos. Não pode assim esquecer-se que toda a ligação nesse sentido deverá pressupor da nossa parte um contrapeso potencial.

Quanto ao apoio limítrofe da África Austral, não só a dimensão do espaço a criar por essa forma se afigura exígua face à corrente dos grandes espaços, como nele entraríamos em manifesta inferioridade; e dada a descontinuidade geográfica e a larga distancia do Portugal Europeu aos territórios a que tal doutrina se applicaria, seria de re-crear que nessa hipótese se verificassem inconvenientes limitações ou mesmo transmutações de soberania, ou futuras atitudes separatistas geradoras de profundas tensões. Com efeito, teríamos, em tal hipótese, uma vasta massa territorial portuguesa repartida pelos flancos do bloco que seria constituído pela parte meridional do vasto Continente Africano; massa cujo centro de decisão se situa na Europa a milhares de milhas de distância, e cujos fluxos essenciais à economia e à defesa se polarizam na Metrópole europeia, processando-se através de linhas extensas e vulneráveis.



Ora dependendo cada vez mais a segurança da África Austral, na presente conjuntura, do grau de coordenação das políticas sociais, económicas e de defesa desses territórios conjuntos, não será de estranhar, em tal eventualidade, a tendência para um encurtamento daquelas linhas e para um deslocamento do centro de decisão para o seio da massa crítica, dela fazendo irradiar os fluxos vitais. A influência extra-continental de Lisboa tenderia, desse modo, a substituir-se pela crescente ponderabilidade dos suportes mais discretos de uma tal estrutura. E então, ou se inverteriam posições, passando nós a ser um país africano com uma colónia na Europa, ou as tensões geradas pela hipótese em apreço cedo levariam a nefastas rupturas.

Outra alternativa seria o reconhecimento do valor das nossas posições estratégicas no contexto Atlântico. Mas a esse respeito não deixa de ser curioso notar que, apesar da insistência com que nos temos empenhado em demonstrar a importância das nossas posições como baluarte de protecção de rotas marítimas fundamentais, a Aliança não se tem revelado receptiva aos esforços que fazemos em sua defesa. E esse facto merece reflexão, pois não é crível que, uma vez mais, estejamos a opor o monopólio da nossa clarividência à visão contrária dos nossos parceiros da OTAN, cuja posição se fundamenta em concepções que divergem profundamente das portuguesas, ao ponto de algumas vezes murmurarem sugestões para a nossa exclusão da Organização do Tratado do Atlântico.

Em todos os tempos se polarizaram nos nossos territórios de África interesses que sempre tiveram a sua origem em determinantes político-económicas, inicialmente circunscritas ao quadro do equilíbrio geo-estratégico e económico a nível mundial; determinantes que actuaram nos fins do século XVI e no começo do século XVII em consequência do nosso enfraquecimento moral do fim da época quinhentista, agravado pela dominação espanhola. Já então bastante se havia perdido e muito mais se perdeu. A Inglaterra, a França e a Holanda estavam atentas e sob os mais rebuscados pretextos, e por processos violentos ou diplomáticos, espoliaram-nos de possessões ultramarinas, algumas das quais jamais recuperámos. E se outras conseguíssemos defender com sucesso ou mesmo recuperar com denodo, foi porque os tempos eram outros; Portugal era uma grande potência, ou melhor, o que restava de uma grande potência; e eram ainda muito iguais as possibilidades e a repartição dos recursos que armavam o braço dos povos.

Voltaram esses mesmos interesses a actuar no começo deste século; e se bem que, como referiu Mouzinho, as poucas páginas brilhantes da História de então tivessem sido escritas em África, assistiu-se a nova amputação; fomos impotentes para impedir o sonho de Cecil Rhodes e impor o "Mapa Cor de Rosa" aos desígnios imperiais dos britânicos. Vibrou-se em Portugal de indesmentível patriotismo; da alma do povo indignado saíram os acordes e as estrofes da Portuguesa. Todavia, o facto é que, apesar disso, passou-se a falar inglês do Cabo ao Cairo. Já então não tínhamos força para impedir que a vontade dos mais fortes prevalecesse; e não estávamos suficientemente implantados para levantar os povos por um processo semelhante ao que mais tarde os mesmos ingleses vieram utilizar na Jordânia pela mão de T.E. Lawrence.

Com o correr dos tempos foi-se acentuando o desenvolvimento da tecnologia; os recursos em que se apoiava a força dos povos passaram a ser outros bem diversos. De país poderoso fomos tornando sucessivamente mais fracos. E hoje enfrentamos a hostilidade geral em tão nítida inferioridade que não poderá haver a pretensão de a superar frontalmente. Do lado comunista, os movimentos subversivos recebem encorajamento, apoio técnico, enquadramento e auxílio militar em armamento e meios de inequívoca qualidade. Não está o bloco comunista interessado em terminar imediatamente o conflito, pois de outro modo já teria proporcionado àqueles movimentos a possibilidade de uma intervenção eficaz à qual seria muito difícil opor-nos. Mas a União Soviética tem a plena consciência de que, quando o quizer, poderá provocar um agravamento incontrollável da situação no Ultramar Português, e não desistirá de ali realizar a sua estratégia neo-imperialista quando o julgar oportuno. Porque não o fez já? Por três razões básicas. Primeiro, por prudência política. Uma intervenção mais decisiva no quadro actual colocaria o Ocidente em posição de ter de escolher entre a renúncia à conquista dos novos países para a sua órbita ou um empenhamento directo do nosso lado. E face a esta alternativa é admissível que os soviéticos não desejem agora correr o risco de uma confrontação. Em segundo



lugar,, por conveniencia própria, pois a independência imediata de territórios e populações ainda para tal insuficientemente apetrechados, imporia aos soviéticos compromissos de apoio de volume incalculável. Tal como se apresenta, a situação evolui a seu favor com encargos reduzidos e sem os inconvenientes de uma acção directa; não haverá então motivo para acelerar uma solução que com o tempo os soviéticos esperam obter mais economicamente. Finalmente, em terceiro lugar não interessa aos soviéticos, por filosofia política, alterar o "Status" actual. Na sua óptica teria lógica a anulação dos focos de tensão internacional, pois a existência destes convém extraordinariamente à propagação da sua ideologia e à conservação da sua situação de opositores. Na conjuntura actual, os comunistas estão por trás das oposições em todos os centros de decisão com jurisdição sobre os pontos quentes mundiais; e o colapso dos poderes estabelecidos, com a sequente implantação de regimes comunistas, traduzir-se-ia para os soviéticos na troca da cómoda posição de opositores pela incómoda situação de ter de enfrentar oposições. Além do mais, a substituição da ordem actual por um ordem comunista implicaria não só pesadas tarefas de construção de que talvez não fossem capazes, mas também o desencadeamento de ondas de repressão que os desacreditariam. E os comunistas ainda hoje preferem que os seus adeptos sejam mártires em vez de polícias. Por todas estas razões, as forças que apoiam declaradamente a subversão estão interessadas em manter o conflito, pesando na situação de modo a agravá-la progressiva e calculisticamente, à medida das suas conveniências.

Do lado Ocidental, assistimos à convicção partilhada pelos responsáveis dos governos das grandes potências de que o processo de emancipação da África é irreversível; e, nessa convicção, não podem deixar de apoiar, ainda que apenas indirectamente, os movimentos subversivos, procurando desse modo captar-lhes as simpatias e atraí-los à sua órbita. Atitude aliás lógica para quem pretende evitar que, na corrida pelo auxílio com a mesma finalidade, os países africanos venham a cair nas órbitas soviética ou chinesa. De resto, Adlai Stevenson definiu bem, já em 1961, o que tem sido a directriz da política dos E.U.A. para a África ao declarar que não deveria esperar-se ali diminuição da ofensiva comunista enquanto existisse a polarização desse continente entre brancos e negros. A atitude americana na sessão katanguesa acabou de esclarecer o conceito: a "belle amitié" que em Elisabethville irmanava brancos e negros num país de presidente negro, Tschombé, respeitado por uns e outros, seria a anulação de tal bipolaridade; simplesmente para os E.U.A. a sociedade multirracial katanguesa continuava a ser a polarização em torno dos negros, representados pela atitude afro-asiática no conflito, e dos brancos, representados na opinião dos E.U.A. pela Union Minière e pelo que consideravam o seu "turco"---Moisés Tschombé. E para os Americanos, o valor do Katanga era definido não apenas pelo cobre mas, principalmente, pelas suas reservas de urânio, titânio e cobalto.

Explica-se assim que, qualquer que tenha sido a corrente política dominante nas democracias ocidentais, a sua atitude apenas oscile entre o apoio declarado aos movimentos subversivos anti-portugueses e a prudente reserva oficial cobrindo um apoio indirecto que garanta posições. Finalmente, a situação geográfica que



ocupamos, os mercados potenciais e as fontes de matérias-primas que constituimos são suficientemente importantes para que os países ocidentais, especialmente as suas três grandes potências, se convençam de que poderemos manter a nossa actual posição em África sem o seu empenhamento directo. Parece, pois, não haver qualquer dúvida de que o máximo que poderemos esperar dos nossos aliados atlânticos é que não alarguem o seu apoio aos movimentos subversivos para além dos campos humanitário, moral e político. Esperar mais do que isso é não ter a noção das realidades ou ser perigosamente optimista na apreciação da conjuntura.

Os interesses que ditaram a OTAN parecem assim sentir-se mais comprometidos do que defendidos com a nossa presença em África; e nada mais inglório do que defender quem não quer ser defendido. Tudo indica, portanto, que pela Aliança Atlântica também se encontrarão fechadas as portas de saída para o nosso isolamento. E, além do mais, será de recear que a importância da Aliança vá diminuindo face aos rumos e perspectivas da política dos grandes blocos mundiais.

Resta a Comunidade Luso-Brasileira, de que algo se poderia esperar. O Brasil é um país todo ele voltado ao futuro, experimentando hoje um admirável surto de progresso que cada vez mais reclama abertura ao mundo e a novos mercados para a sua economia crescente. Mercados que se situam em África, onde exactamente se encontra o mais hostil ambiente às nossas actuais concepções. Dai que não só as economias portuguesa e brasileira sejam ainda mais concorrentes do que complementares, como também cedo ou tarde a diplomacia brasileira terá de escolher entre o nosso actual conceito de comunidade e os mercados que vem prospectando e tenta atrair. Sem demasiado pessimismo, cremos bem que a Comunidade Luso-Brasileira, a despeito de poderem crescer no imediato certas exteriorizações da sua platónica existencia, atingiu o máximo permitido pela actual conjuntura. E esse máximo está muito aquém do pórtico de abertura ao exterior que necessitamos urgentemente de atingir.

Além do mais, o passado colonial está ainda muito vivo na tradição nacional brasileira, cuja opinião pública não partilha totalmente dos conceitos expressos por algumas das suas elites a respeito da nossa actual posição. Não vemos a política brasileira muito propensa a evoluir contra as grandes correntes da opinião interna. E no estádio actual, talvez não seja despropositado vaticinar que o agravamento do nosso horizonte pudesse vir a ser marcado pela entrada do Brasil no vazio que deixássemos.

Porém, acreditamos firmemente que será essa via--a da Comunidade Luso-Brasileira---que melhores perspectivas nos oferece desde que nela entremos prestigiados e engrandecidos, libertos dos actuais problemas, e deixando de nos sentir no mundo como um corpo estranho em processo de rejeição. Julgamos ser esse, de facto, o caminho, mas para tanto seria de aceitar desde já a sua ulterior evolução para mais amplas dimensões numa perspectiva "lusu-afro-brasileira", e isso pelas razões evidentes não só do passado histórico do Brasil, como por pressão do interesse comum.

Encontramo-nos, deste modo, num mundo que se nos vai fechando. E, todavia, ocupamos uma posição ímpar que nos fornece excelente base para reassumir o papel de Nação próspera e privilegiada aos olhos dos outros e aos nossos próprios. Recordamos a frase lapidar de Toynbee ao afirmar que Portugal foi o primeiro Império colonial, hoje é o último, e talvez seja o primeiro de uma nova era. Talvez o possa, de facto, vir a ser, embora não na acepção de Império ao velho estilo dos que sonham com o passado e para quem não existe presente nem interessa o futuro; mas antes na acep



ção de uma nova era em que, de propósitos honestos e na pureza dos ideais com que combatemos os imperialismos que nos tentam submergir, saibamos adoptar soluções coerentes e não nos limitemos a defender conceitos que já ninguém aceita e em que os próprios portugueses começam também a não acreditar. Ao analisarmos desta forma a nossa posição no mundo em que vivemos, pretendemos situar-nos num contexto realista, fiéis a nós mesmos e coerentes conosco como povo e como emanancia nacional, que não como figurino talhado por quantos architectam quimeras ou sonham grandezas, traçam desígnios ou mascaram interesses, ignorando ou esquecendo que os tempos são outros, e que a não consideração desta incontestável realidade compromete gravemente o bem-estar futuro dos portugueses; bem-estar que, no fundo, é a mais significativa expressão dos verdadeiros interesses nacionais.

Neste mundo, não diremos novo, mas diferente, que renasceu do último conflito sob os auspícios da Carta das Nações Unidas, atribuiu-se-nos uma menos justa apreciação de um sistema de vida em face da qual nos foi aposto um rótulo tido como labéu por qualquer das ideologias prevalecentes. Não se torna necessário discorrer sobre a justeza de tal apreciação, o que aliás estaria sempre fora de causa, na medida em que, em política, o que parece é; e mesmo que nos assista a mais inatacável razão na defesa do que somos, a mais eficaz das defesas será não parecermos o que se diz sermos. Há que reconhecer que, se não somos realmente o que nos imputam, talvez por vezes o pareçamos ou procedamos de tal modo que sem dificuldade os nossos detractores ajustam essa aparência ao que mais lhe convém. E, afinal, pode de facto ser-se e parcer-se democrático, na pura acepção do termo, sem deixar cair o poder na rua; podem adoptar-se fórmulas evoluídas de permanecer no mundo sem trair responsabilidades históricas; e pode ser-se universalista sem preterir necessidades vitais do povo português. O problema reside, portanto, em sermos actualis no século XX e em aparecernos o que somos. Fora dessas constantes teremos sempre de enfrentar a hostilidade de quantos nos julgam.

Na verdade, o País cada vez menos pode alhear-se do contexto internacional em que se integra, a determinar ajustamentos internos que nos façam aceitar sem reticências pela comunidade das nações e nos permitam, pelo reconhecimento da incontestável validade das nossas teses, alcançar o sossego aquém-fronteiras de que tanto necessitamos. Não bastará pois, proclamar a razão que nos assiste; o caminho estará antes em fazer aceitar as nossas ideias, ajustando-as à síntese que se impõe entre o interesse nacional e a moral internacional dominante; atitude que, aliás, se insere, coerentemente, na nossa condição de cultura viva e, como tal, em processo de constante assimilação e renovação. Não se pode ignorar que hoje nascemos em pleno século da exploração espacial, num mundo a cujas normas de conduta não podemos fugir. Pretender o contrário é minar a solidariedade humana. E, no nosso caso, ignorar o presente não é apenas dar razão a quem nos ataca—mas de que dar razão, é dar força.

Não pensamos, portanto, que a guerra que nos move resulte directamente de interesses ocultos; o que se pretende demonstrar é que a incompreensão do fenómeno origina contradições que tais interesses muito bem sabem explorar. Contradições que temos de eliminar, atacando o fundo do problema e admitindo que enfrentamos um fenómeno novo, pujante e explosivo—as emergências de povos que despertaram; fenómeno que as grandes potências e os interesses em presença no mundo, na consciência de o não poderem sufocar, pretendem pelo menos controlar. É nesta análise que toda a tese nacional tem de mergulhar as suas raízes, sob pena de não se passar do transitório e de se anularem os objectivos que lhe presidem.

Afirmou-se, nos anos que precederam o eclodir da crise ac-



tual, que a corrente anti-portuguesa que começara então a nascer em Conakry, Accra e Dares-Salaam poderia ter sido facilmente estancada em Paris, Londres ou Nova Iorque; somos, por todas as razões, dos que não negam aquela afirmação; mas não devemos ignorar que tal hipótese se processaria num quadro que não controlamos e, por isso, teria sido mais consentâneo com os interesses nacionais que a tivéssemos estancado antes em Lisboa___como o poderíamos ter feito e como talvez ainda o possamos fazer. Será interessante recordar, a esse respeito, que já nas suas acusações às potências coloniais, Garvey vituperara violentamente a França, a Grã-Bretanha, a Itália e a Bélgica, sem se referir ao nosso País. É que estávamos, de facto, em posição ímpar para implantar Portugal no fenómeno africano. Já não nos poupam hoje os pan-africanistas; e, todavia, Portugal cabe ainda na corrente prevalecente do pan-africanismo actual: a "negritude" cultural, política e social de Léopold Senghor.

Não partilhamos assim da tese histórica segundo a qual a situação que enfrentamos no Ultramar não passa da repetição de um fenómeno: a procura do equilíbrio mundial de forças à custa dos territórios ultramarinos portugueses, tese que tornaria, de facto, tudo muito simples; bastaria esperar que as flutuações na conjuntura mundial alterassem o quadro das forças em presença para que, na imutabilidade do seu jogo, se desenhasse uma feição favorável. Seria, assim, suficiente aguentarmo-nos até nova mudança dos ventos mundiais; e no plano externo restaria defender uma tese jurídica adequada, jogando ao mesmo tempo no tablado internacional com o valor estratégico das nossas posições ultramarinas. Todavia, há doze anos que se vem agravando o clima em que nos inserimos, sem embargo do gigantesco esforço que vimos dispendendo. E também nada parece existir que justifique a esperança de diferente ajuste entre as grandes potências, conducente a um equilíbrio à margem das nossas províncias ultramarinas; antes tudo indica que tal ajuste começa a vislumbrar-se com menosprezo dos interesses nacionais.

Se outras razões não houvesse, esta simples constatação seria suficiente para suscitar dúvidas quanto à validade da interpretação histórica do fenómeno que enfrentamos. Quanto a nós, os factos que nos acarretam a hostilidade quase geral e o isolamento internacional repousam no substrato humano desse fenómeno, que confere toda a problemática em causa uma dimensão mais lata e profunda; dimensão sobre a qual terá de construir-se uma nova arquitectura nacional, solidamente alicerçada na força da razão decorrente da nossa coerência com as realidades.

(Extraído do livro "PORTUGAL E O FUTURO" do General António Spínola"

